

Economia - Brasil Ajuste terá desafio na quarta-feira

FABIANO LANA

BRASÍLIA - A votação de três destaques da reforma da Previdência, na próxima quarta-feira, na Câmara dos Deputados, dará início ao esforço do governo para colocar em prática as medidas do ajuste fiscal. Este é considerado o passo mais difícil, por depender de aprovação do Congresso Nacional.

Na terça-feira, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, vai ao plenário da Câmara falar aos deputados sobre a necessidade do ajuste, a exemplo do que fez no Senado quinta-feira passada. No dia seguinte, o governo tentará aprovar a manutenção, no texto da reforma da Previdência, da exigência, para o pedido de aposentadoria, de uma contribuição mínima durante 35 anos para homens e durante 30 anos para mulheres. "As perspectivas para a aprovação do destaque são otimistas, mas teremos as dissidências conhecidas", afirmou o líder do PMDB na Câmara, deputado Geddel Vieira Lima. Geddel esclarece que, com relação as outras medidas do ajuste fiscal, não é possível determinar as datas de votação.

CPMF - No caso do aumento das alíquotas da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), por exemplo, o governo terá três opções: aproveitar a emenda Constitucional, atualmente na Câmara, do ex-deputado Carlos Mosconi, alterando o aumento da alíquota para 0,38%; utilizar outra emenda que tramita pelo Senado ou então enviar um novo projeto de Emenda Constitucional ao Congresso.

Para conseguir a contribuição dos funcionários públicos inativos e aumentar contribuição dos ativos, o governo terá que esperar a próxima legislatura, que se inicia dia 16 de dezembro desse ano. A Medida Provisória que definia as mudanças não foi aprovada pelos atuais deputados e não pode ir a votação novamente.

O aumento de 2% para 3% da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) também dependerá da aprovação de uma Medida Provisória, assim como a utilização, pelo governo, dos depósitos judiciais feito em favor da Receita Federal. A regulamentação da Reforma Administrativa e da Lei Camata, que limitam os gastos dos governos, irá ao Congresso por meio de Lei Complementar.

Dia 9 de novembro é a data em que os técnicos da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento devem enviar ao Congresso o novo orçamento, com cortes nas despesas de R\$ 8,7 bilhões.

OS PASSOS DO AJUSTE

• **Previdência** - Três destaques do texto da reforma da Previdência vão à votação na quarta-feira: exigência de contribuição de 35 anos para homens e 30 anos para mulheres; criação de um regime de Previdência complementar; contagem de tempo de serviço em outras atividades para a aposentadoria por insalubridade.

• **Cofins** - Medida provisória eleva a contribuição de 2% para 3%.

• **Lei Camata** - Projeto de lei para regulamentar a Lei Camata, dando mais dois anos para que os estados ajustem seus gastos com funcionalismo a 60% da receita líquida.

• **Orçamento** - Ficou para dia 9 de novembro o envio ao Congresso do novo Orçamento Geral da União de 1999, recalculado por novos indicadores e já com os cortes nas despesas de R\$ 8,7 bilhões.

• **Reforma tributária** - O governo prometeu mandar um projeto até o fim do mês.